

Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação

Despacho (extracto) n.º 10 570/2006 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Abril de 2006 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, proferido por delegação de competência do reitor da Universidade do Porto:

Bruno Miguel Paz Mendes de Oliveira, assistente deste estabelecimento de ensino — concedida equiparação a bolseiro fora do País de 12 a 19 de Junho de 2006.

13 de Abril de 2006. — A Directora de Serviços, *Maria Meibel Simões Marques Soeiro Batista*.

Faculdade de Direito

Despacho n.º 10 571/2006 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Abril de 2006 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

Mestre Helena Maria Machado Barbosa Mota, assistente — concedida a equiparação a bolseiro fora do País no período de 23 a 28 de Abril de 2006.

20 de Abril de 2006. — A Chefe de Repartição, *Conceição Vieira*.

Faculdade de Engenharia

Despacho (extracto) n.º 10 572/2006 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Abril de 2006 do director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto, foi concedida equiparação a bolseiro no estrangeiro ao mestre Mário Jorge Seixas Pimentel, no período de 12 de Junho a 6 de Outubro de 2006.

19 de Abril de 2006. — A Chefe de Divisão de Recursos Humanos, *Maria Emília C. M. Santos Silva*.

Faculdade de Letras

Despacho n.º 10 573/2006 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Abril de 2006 da presidente do conselho directivo da Faculdade de Letras, proferido por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

Doutora Maria da Graça Lisboa Castro Pinto, professora catedrática desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 17 a 21 de Maio de 2006.

19 de Abril de 2006. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria de Lurdes Correia Fernandes*.

Faculdade de Medicina

Despacho n.º 10 574/2006 (2.ª série). — Por despachos de 12 de Abril de 2006 do director da Faculdade, proferidos por delegação:

Doutora Isaura Ferreira Tavares, professora associada — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 21 de Abril a 1 de Maio de 2006.

Mestre Marta Sofia Carvalho Teixeira Pinto, monitora — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 14 a 20 de Maio de 2006.

18 de Abril de 2006. — O Secretário, *Manuel Sobral Torres*.

Despacho n.º 10 575/2006 (2.ª série). — Por despachos de 18 de Abril de 2006 do director da Faculdade, proferidos por delegação:

Doutor Vasco Miguel Clara Lopes Galhardo, professor auxiliar — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 21 de Abril a 1 de Maio de 2006.

Licenciada Clara Maria Pires Costa Bastos Monteiro, monitora — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 21 de Abril a 1 de Maio de 2006.

20 de Abril de 2006. — O Secretário, *Manuel Sobral Torres*.

Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar

Despacho n.º 10 576/2006 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Abril de 2006 do presidente do conselho directivo do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto, foi concedida a equiparação a bolseiro fora do País à técnica abaixo discriminada:

Júlia Manuela Marques dos Santos Bessa, técnica profissional de 2.ª classe — no período compreendido entre 5 e 15 de Maio de 2006.

20 de Abril de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Sousa Pereira*.

Despacho n.º 10 577/2006 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Abril de 2006 do presidente do conselho directivo do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto, foi concedida a equiparação a bolseiro fora do País à seguinte docente:

Maria da Graça Cunha Antunes Lopes, assistente — no período compreendido entre 6 e 9 de Abril de 2006.

20 de Abril de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Sousa Pereira*.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Instituto Superior Técnico

Despacho (extracto) n.º 10 578/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Superior Técnico, proferido por delegação, de 3 de Abril de 2006:

João Manuel Paiva Cardoso, professor auxiliar de nomeação definitiva da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve — nomeado, a título definitivo, após aprovação em concurso, professor auxiliar do Instituto Superior Técnico, com efeitos a partir de 4 de Abril de 2006, considerando-se exonerado do anterior lugar na mesma data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Abril de 2006. — Pelo Presidente, *Custódio Peixeiro*.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 10 579/2006 (2.ª série). — Por despachos proferidos nas datas a seguir indicadas do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País aos seguintes docentes:

De 31 de Março de 2006:

Prof. Doutor Gilberto Paulo Peixoto Igrejas, professor associado — no período de 31 de Março a 6 de Abril de 2006.

Doutora Teresa Paula Coelho Azevedo Perdicoulis, professora auxiliar — no período de 25 a 30 de Abril de 2006.

De 3 de Abril de 2006:

Prof. Doutor Paulo Alexandre Cardoso Salgado, professor associado — no período de 5 a 12 de Abril de 2006.

De 5 de Abril de 2006:

Doutor Artur Severo Proença Varejão, professor auxiliar — no período de 8 a 19 de Maio de 2006.

De 6 de Abril de 2006:

Prof. Doutor José Jacinto Branco Vasconcelos Raposo, professor catedrático — no período de 6 a 9 de Abril de 2006.

Doutor Luís Miguel Martins Lucas Cardoso, professor auxiliar — no período de 5 a 7 de Maio de 2006.

Doutor Alberto Moreira Baptista, investigador auxiliar — no dia 5 de Abril de 2006.

Prof. Doutor Francisco José Lopes de Sousa Diniz, professor associado — no dia 5 de Abril de 2006.

Prof. Doutor Artur Fernando Arede Correia Cristóvão, professor catedrático — no dia 5 de Abril de 2006.

De 7 de Abril de 2006:

Prof. Doutor Eduardo Augusto dos Santos Rosa, professor catedrático — no período de 8 a 14 de Abril de 2006.

De 19 de Abril de 2006:

Dr. Rui José dos Santos Teixeira, assistente — no período de 19 a 21 de Abril de 2006.

20 de Abril de 2006. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Despacho n.º 10 580/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 10 de Março de 2006:

Luís Manuel da Cruz Murta — nomeado definitivamente professor-adjunto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja, a partir de 21 de Março de 2006, auferindo a remuneração ilíquida correspondente ao escalão 1, índice 185. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Abril de 2006. — O Presidente, *José Luís Ramalho*.

Rectificação n.º 742/2006. — Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 7393/2006 (2.ª série), inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 66, de 3 de Abril de 2006, a p. 4979, rectifica-se que onde se lê «Sandra Isabel Rodrigues Baiola» deve ler-se «Sandra Isabel Rodrigues Bailoa».

7 de Abril de 2006. — O Presidente, *José Luís Ildefonso Ramalho*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Aviso n.º 5605/2006 (2.ª série). — *Afixação de listas de antiguidade.* — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público, para conhecimento dos interessados, que se encontra afixada no *placard* junto dos Serviços Administrativos e Financeiros deste Instituto Superior a lista de antiguidade do pessoal docente e não docente reportada a 31 de Dezembro de 2005.

Os funcionários dispõem de 30 dias consecutivos a contar da publicação no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

26 de Abril de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Pires de Carvalho*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Serviços de Acção Social

Aviso n.º 5606/2006 (2.ª série). — *Concurso interno de ingresso para a categoria de chefe de repartição.* — 1 — Nos termos do disposto nos artigos 27.º, 28.º e 32.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 6 de Abril de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de ingresso tendo em vista o preenchimento de um lugar na categoria de chefe de repartição, para a área financeira, património e economato do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Lisboa, aprovado pela Portaria n.º 1372/95, de 22 de Novembro.

2 — Promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres — em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição e do despacho conjunto n.º 372/2000, de 31 de Março, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o provimento da vaga mencionada, caducando com o seu preenchimento,

de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

4 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se, nomeadamente, os seguintes diplomas:

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio;
Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

5 — Áreas e conteúdo funcionais — aos chefes de repartição compete dirigir, coordenar e orientar as actividades desenvolvidas na repartição, tendo por atribuições o desenvolvimento de uma ou mais áreas de actividade de índole administrativa, nomeadamente nas áreas financeira, de património e economato, colhendo as necessárias directrizes dos órgãos de direcção na tomada de decisão, propondo, sugerindo e implementando as medidas tendentes ao aperfeiçoamento e melhoria da eficácia dos Serviços.

6 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

6.1 — Requisitos gerais — podem ser opositores ao concurso os funcionários que satisfaçam cumulativamente, até ao termo do prazo de apresentação de candidaturas, os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.2 — Requisitos especiais — os enunciados no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

7 — Remuneração e condições de trabalho — a remuneração a auferir será a resultante da aplicação do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e restante legislação complementar, sendo as condições de trabalho e demais regalias sociais as actualmente vigentes para os funcionários e agentes da Administração Pública.

8 — Local de trabalho — nas instalações dos Serviços de Acção Social, com sede no Campus de Benfica do Instituto Politécnico de Lisboa.

9 — Métodos de selecção — no presente concurso serão utilizados, de acordo com o disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os seguintes métodos de selecção:

- 1.ª fase — avaliação curricular;
- 2.ª fase — prova de conhecimentos específicos (eliminatória);
- 3.ª fase — entrevista profissional de selecção.

10 — A avaliação curricular será efectuada nos termos do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e será expressa na escala de 0 a 20 valores, visando avaliar as aptidões do candidato na área em que o concurso é aberto com base na análise do respectivo currículo profissional, sendo obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função, os seguintes factores:

- Habilitação académica de base;
- Formação profissional;
- Experiência profissional.

11 — A prova de conhecimentos gerais assumirá a forma escrita, terá a duração de cento e vinte minutos, versará sobre o programa de provas constante no despacho conjunto n.º 323/2006 (2.ª série), de 10 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 71, e será realizada nos termos do despacho n.º 5606/2006 (2.ª série), de 9 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49.

12 — Para a entrevista profissional de selecção, a qual visará avaliar, numa relação interpessoal, de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos e que se realizará conforme o disposto no despacho n.º 5606/2006 (2.ª série), de 9 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, serão convocados os candidatos seleccionados nos termos dos números anteriores.

13 — A classificação final, expressa de 0 a 20 valores, resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção.

14 — Consideram-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, conforme o estipulado no n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — Os critérios de apreciação e ponderação a utilizar na aplicação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.